

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2022**  
**(Das Sr.<sup>as</sup> Jandira Feghali e Alice Portugal)**

*Susta os efeitos da alteração ao art. 21-A do Anexo LXXVII - DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL (PFPPB), promovida pela PORTARIA GM/MS Nº 3.677, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, e amplia a cobertura do Programa Farmácia Popular do Brasil – PFPPB.*

*O Congresso Nacional decreta:*

**Art. 1º** Ficam suspensos os efeitos da alteração ao art. 21-A do Anexo LXXVII - DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL (PFPPB), promovida pela PORTARIA GM/MS Nº 3.677, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, e amplia a cobertura do Programa Farmácia Popular do Brasil – PFPPB.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

No dia 29 de setembro, o Ministério da Saúde editou a Portaria GM/MS nº 3.677. A norma altera a Portaria que rege o funcionamento do Programa Farmácia Popular Brasil - PFPPB. Uma das mudanças previstas atinge o art. 21-A que, com a nova redação determinou que somente as **prescrições eletrônicas** passarão a ser aceitas para a autorização de comercialização e dispensação dos medicamentos e das fraldas geriátricas, no âmbito do PFPPB.

O Programa Farmácia Popular do Brasil tem por objetivo principal garantir o acesso da população aos medicamentos essenciais para as doenças com maior incidência e por este motivo sempre aceitou prescrições médicas tanto do SUS quanto da rede privada.

A obrigatoriedade de apresentação de prescrição eletrônica irá cercear e dificultar o acesso ao serviço principalmente da parcela mais vulnerável da população que é atendida pela rede pública que não está informatizada para emissão de prescrição eletrônica.

Lembremos que o Programa Farmácia Popular já vem sofrendo com sucessivos cortes orçamentários e tentativas de redução dos medicamentos oferecidos. Milhões dependem da distribuição gratuita de medicamentos do programa Farmácia Popular para ter garantido seu direito à saúde. O corte de 60% nos recursos, feito pelo atual governo,



impacta severamente a vida de pessoas que sofrem de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, asma, entre outras, e até os usuários de fraldas geriátricas.

Entendemos que o princípio constitucional que determina que saúde é direito de todos e dever do Estado, foi atingido pela alteração proposta e, por isso, deve ser imediatamente sustada. O acesso a medicamentos essenciais à manutenção da saúde dos beneficiários do programa não pode estar condicionada a um tipo de prescrição inacessível para muitos. Isso vai de encontro aos preceitos de universalidade, equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde. Impedirá o acesso e negará medicamentos que, sem o PFPB, deixarão de ser usados implicando em sérios riscos à saúde.

Diante da necessidade urgente de resguardar-se os direitos fundamentais à saúde, contamos com os apoios dos nobres parlamentares para a aprovação do projeto de decreto legislativo que ora sujeitamos à apreciação da Câmara dos Deputados.

Sala de Sessões, em 06 de outubro de 2022

Dep. **JANDIRA FEGHALI**

PCdoB/RJ

Dep. **ALICE PORTUGAL**

PCdoB/BA





# Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo (Da Sra. Jandira Feghali)

Susta os efeitos da alteração ao art. 21-A do Anexo LXXVII - DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL (PFPB), promovida pela PORTARIA GM/MS Nº 3.677, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022 que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, e amplia a cobertura do Programa Farmácia Popular do Brasil – PFPB.

Assinaram eletronicamente o documento CD228680632700, nesta ordem:

- 1 Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)
- 2 Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA)

